



Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quinze, reuniu-se o Conselho Deliberativo da Fundação Oswaldo Cruz em reunião Extraordinária, estando presentes os seguintes membros: Paulo Gadelha, Presidente da Fiocruz; Valcler Rangel Fernandes, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde; Jorge Bermudez, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde; Nísia Verônica Trindade Lima, Vice-Presidente de Ensino, Informação e Comunicação; Pedro Ribeiro Barbosa, Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional; Rodrigo Stabeli, Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência; Fernando Carvalho, Chefe de Gabinete; Deolinda Vieira Costa, Procuradora Federal da Fiocruz; Silvina da Costa Marques, Auditora da Fiocruz; Carla Freitas Campos, Diretora do Centro de Criação de Animais de Laboratório; Umberto Trigueiros, Diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde; Artur Couto, Diretor do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos; Paulo Roberto Elian dos Santos, Diretor da Casa Oswaldo Cruz; Manoel Barral Netto, Diretor do Instituto Gonçalo Moniz; Sérgio Bessa, Diretor do Instituto Leônidas e Maria Deane; Sinval Pinto Brandão Filho, Diretor do Instituto Aggeu Magalhães; Samuel Goldenberg, Diretor do Instituto Carlos Chagas; Zélia Maria Profeta da Luz, Diretora do Instituto René Rachou; Hermano Castro, Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Paulo César de Castro Ribeiro, Diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Hayne Felipe da Silva, Diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos; Carlos Maurício de Paulo Maciel, Diretor do Instituto Fernandes Figueira; Italo Kircove, Representante do Diretor do Instituto Nacional de Qualidade em Saúde; Rivaldo Venâncio da Cunha, Coordenador da Fiocruz Mato Grosso do Sul; Ricardo Godoi, Coordenador da Fiocruz Rondônia; Fernando Carneiro, Coordenador da Fiocruz Ceará; João Barbosa, Ouvidor Fiocruz; Gerson Penna, Diretor da Direb; Wilson Savino, Diretor do Instituto Oswaldo Cruz; Alejandro Hasslocher, Diretor do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas; Justa Helena Franco, Presidente da Associação dos Servidores da Fiocruz; Cláudia Turco, Diretora de Planejamento Estratégico; Juliano de Carvalho Lima, Diretor de Recursos Humanos; José Damasceno Fernandes, Diretor de Administração do Campus; Cristiane Sendim, Diretoria de Administração; Elisa Andries; Coordenadoria de Comunicação Social.

O Chefe de Gabinete Fernando Carvalho iniciou a reunião comunicando as substituições do Diretor da EPSJV Paulo Ribeiro pelo Vice-Diretor de Gestão Institucional Orbílio Abreu, e do Diretor do ICC Samuel Goldenberg pelo Vice-Diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional Carlos Eduardo Rocha.



Em seguida, a palavra foi passada ao Presidente Paulo Gadelha, que citou a audiência de prestação de contas em 26 de maio, onde foram apresentados balanços e perspectivas do ano de 2014 e início de 2015 na Fiocruz.

Sobre a preparação para a XV Conferência Nacional de Saúde, o Presidente observou a importância de configurar uma visão sobre o processo histórico das conferências e o futuro da saúde e do SUS.

Outros destaques trazidos pelo Presidente foram: a diplomação dos cursos de lato sensu da Fiocruz autorizada pelo Ministério da Educação; a nomeação dos excedentes do concurso público de 2014; o PL da empresa de Bio-Manguinhos; tramitações no Legislativo que podem significar entraves à área de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, com destaque para a pesquisa clínica - tema a ser apreciado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz.

O Dr. Paulo Gadelha relatou a recente visita da Presidente do Conselho de Administração do Instituto Pasteur Rose-Marie Van Lerberghe e observou a proximidade da data de assinatura do Acordo **Fiocruz-Pasteur-USP**, com a presença do Diretor do Instituto Pasteur, Christian Bréchet, em 08 de junho.

Comentários:

O Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência, Rodrigo Stabeli, relatou seu encontro com grupo da CONEP. Na ocasião, foi estabelecido um prazo de 90 dias para a emissão de parecer sobre o PL 200, que trata da pesquisa clínica. Para a área pública houve solicitação de envio de parecer em até 60 dias. Segundo o Vice-Presidente, existem dificuldades importantes em curso e o projeto de lei traz retrocessos na área de ensaios clínicos, o que leva à sugestão de propor ao Senado uma regulação legal, não mais infralegal.

Diante do contexto e da necessidade de um posicionamento institucional, considerando os antecedentes e desafios citados, **os conselheiros aprovaram** o seguinte parecer técnico sobre o tema:

PARECER TÉCNICO / FIOCRUZ

INTERESSADO: ASSESSORIA PARLAMENTAR DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – ASPAR / GM

ASSUNTO: Análise e Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 200/2015

O presente parecer resulta da análise procedida pela Presidência da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz acerca do projeto de Lei do Senado, tal como solicitado através do Ofício nº 210 ASPAR/GM/MS.



O projeto de lei em espécie tem como objetivo dispor sobre *princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas*, tal como previsto em seu artigo 1º.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o arcabouço ético e regulatório para pesquisas clínicas envolvendo seres humanos vigente no país é fruto de avanços conquistados pela sociedade que se pautam na dignidade da pessoa humana, do direito a saúde e o respeito à vida.

Frise-se que esses direitos se encontram hoje garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A regulamentação desta matéria por lei é bem-vinda, desde que sejam respeitadas as conquistas históricas da sociedade. Entretanto, o Projeto de Lei n.º 200/2015, de autoria do Senado Federal, fere este arcabouço, e a sua aplicação trará sérios prejuízos a esses direitos.

Ainda que as regulamentações vigentes sejam de natureza *infralegal*, por certo, estas já atendem as diretrizes internacionais e garantem que as pesquisas clínicas envolvendo seres humanos realizadas no país, respeitem e se adequem constantemente aos padrões éticos aceitos no mundo, o que restará prejudicado, caso o projeto de lei em comento seja aprovado na sua íntegra.

O uso do placebo no Brasil atualmente só é permitido em avaliações de intervenções terapêuticas ou diagnósticas em doenças para as quais o tratamento é inexistente. Uma emblemática conquista da sociedade brasileira foi em não aderir as versões de Seul/Coréia do Sul (2008)¹ e Fortaleza/Brasil (2013)² da Declaração de Helsinque, da Associação Médica Mundial, que alteram substancialmente este conceito.

É consenso ético atualmente no Brasil que, em casos de utilização de placebo, “os benefícios, riscos, dificuldades e efetividade de um novo método terapêutico devem ser testados, comparando-o com os melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos atuais”³. Este consenso vem sendo ratificado reiteradamente.^{4,5} Contrariamente, o projeto de lei proposto prevê o uso de placebo (Capítulo V) para atender necessidades metodológicas, restringindo, por conseguinte, os direitos constitucionais conquistados e mencionados acima, em especial, no que tange à saúde dos participantes da pesquisa, ao negar tratamento disponível com justificativas científicas, mas raramente com amparo ético.

Em seu Capítulo VII, o Projeto de Lei que ora se analisa, também é conflitante com as diretrizes de guarda e uso de amostras de material biológico humano existentes, e dá oportunidade para que o material genético da população brasileira seja utilizado indiscriminadamente, inclusive comercialmente e no exterior, vez que deixa de observar não somente o que disciplina a nossa Constituição Federal⁶, bem como a regulamentação nacional vigente^{7,8} que estão em consonância com as diretrizes internacionais.

¹ Declaração de Helsinque, 2008 (Seul/Coréia do Sul).

² Declaração de Helsinque, 2013 (Fortaleza/Brasil).

³ Resolução do Conselho Nacional de Saúde n° 466/2012.

⁴ Resolução do Conselho Federal de Medicina n° 1931/2009.

⁵ Resolução do Conselho Federal de Medicina n° 2056/2013.

⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 199, § 4º.

⁷ Portaria do Ministério da Saúde, n° 2201/2011.

⁸ Resolução do Conselho Nacional de Saúde, n° 441/2011.



Pode-se ainda afirmar que o projeto de lei é mais uma vez inconstitucional ao limitar o direito a saúde, ao tratar da continuidade do tratamento pós-ensaio clínico, tal como inserto em seu Capítulo VI, ao dispor que este será restrito somente a casos excepcionais. Desta maneira, será limitado o acesso ao participante da pesquisa aos benefícios do tratamento do ensaio clínico. O projeto ainda exime, na maioria dos casos, o patrocinador da pesquisa da responsabilidade e do ônus do fornecimento do tratamento pós-ensaio clínico, restringindo o acesso da população aos benefícios advindos do avanço do conhecimento. Adicionalmente, haverá a transferência para os entes da federação - que compõe o ônus ao Sistema Único de Saúde (SUS) – o fornecimento do tratamento, seja por inclusão no elenco de medicamentos oferecidos pelo SUS, seja pela via judicial.

Por conseguinte, observa-se claramente que o Projeto de Lei sob análise ameaça, de forma direta, os preceitos constitucionais conquistados e anteriormente citados ao cuidar da avaliação ética e regulatória dos projetos de pesquisa em apenas uma única instância, tal como inserto no Capítulo II, ao desconsiderar o sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comitê Nacional de Ética Pesquisa), vinculado ao Conselho Nacional de Saúde, reconhecidamente inovador no que diz respeito a garantia do controle social, incluindo, para tanto, a participação de representantes dos usuários nos Comitês de Ética em Pesquisa. A robustez desse sistema garante ainda a credibilidade na comunidade científica internacional dos resultados produzidos em pesquisas clínicas envolvendo seres humanos realizadas no Brasil.

O aumento da celeridade da avaliação ética e regulatória é um dos fatores necessários para aumentar a competitividade do Brasil no cenário da pesquisa clínica mundial. No entanto, a qualidade de revisão ética não pode e não deve ser comprometida. A proposta deste projeto de lei não assegura a promoção da inovação em saúde, ao contrário, promoverá a desestruturação de um sistema construído pela sociedade brasileira há 20 anos e criará uma instabilidade jurídica e processual, o que culminará na imobilização do desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.

Conclusão

Por fim, ante o acima exposto, entende o Conselho Deliberativo da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que o Projeto de Lei do Senado n.º 200/2015 representa um retrocesso das conquistas da sociedade de pesquisa clínica brasileira e da nossa coletividade, ameaçando diretamente os participantes de pesquisa em nosso país, em virtude da não observação de princípios basilares insculpidos em nossa Constituição Federal, tal como a dignidade da pessoa humana, a inviolabilidade do direito à vida e o direito à saúde.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2015. / **PAULO GADELHA** / Presidente da Fundação Cruz

Encaminhamentos: Criar um Grupo de Trabalho para diálogo com a CONEP sobre o tema, composto por: Bio-Manguinhos, Farmanguinhos, VPPLR, INI e CPqGM. Considerar a possibilidade de debate na Fiocruz com o coordenador do CONEP, Jorge Venâncio.

APRESENTAÇÃO GERSON PENNA – FIOCRUZ NACIONAL



O Diretor da Fiocruz Brasília Gerson Penna levou ao CD Fiocruz a apresentação sobre o Fórum das Unidades Regionais (FUR) realizada no seminário de aniversário do IOC. Em sua análise considerou a caracterização das unidades regionais; a criação e a evolução histórica do FUR; as principais áreas da rede de conhecimento; as parcerias estabelecidas; alguns desafios da gestão institucional; e os resultados em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino, formação e áreas de referência.

Como orientações estratégicas destacou: buscar a inovação na gestão; atuar na agenda estratégica regional em saúde; absorver e fixar lideranças na pesquisa; integrar as unidades e desenvolver projetos estratégicos; ampliar linhas de pesquisa para enfrentar o desafio das mudanças no perfil epidemiológico; integrar programas de indução que articulem melhor a cadeia de inovação; buscar solidariedade na distribuição de recursos na Fiocruz e, ampliar a formação para o SUS.

O Presidente Paulo Gadelha observou que a apresentação mostra como a revisão do papel nacional da Fiocruz acontece, a partir da evolução histórica das unidades regionais na relação com as demandas de saúde da população brasileira.

O tema promoveu reflexões sobre a importância de aumentar a unidade institucional, o que implica maior sinergia entre as unidades do Rio de Janeiro e sua relação com o FUR. Exemplos: Observatório de Ciência e Tecnologia da Fiocruz; a integração da gestão acadêmica; e a prospecções e experiências do FUR para a área de gestão, dentre outros.

ORÇAMENTO 2015

O Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Pedro Barbosa, iniciou sua fala observando que ainda não havia informações conclusivas sobre os cortes orçamentários para a área de saúde. Tendo participado de reunião do colegiado do Ministério da Saúde na véspera, ele informou que a discussão foi preliminar, destacando que boa parte do corte teria impacto sobre emendas parlamentares e sobre componentes do orçamento discricionário do Ministério. Dessa forma, o impacto maior seria nas restrições em custeio, que se reflete em passagens, aluguéis de carros, reformas e obras. Foi informada a realização de estudos no Ministério, através da Secretaria Executiva e da área de planejamento orçamentário, para definir estratégias de minimização do impacto dos cortes.

O Vice-Presidente fez considerações sobre as possibilidades de remanejamento entre custeio e capital. Diante do quadro atual de indefinição, indicou a realização de reunião extraordinária do CD Fiocruz em junho para o tema orçamento



Para todas as unidades, ficou mantida a lógica de trabalhar com 1/12 do orçamento a cada mês, com a observação da necessidade de medidas restritivas, de contenção e de economia nesse período. Foram citados esforços realizados e bem-sucedidos na gestão, como a economia de 12% a 13% de água e a realização de estudos para reduzir custos com energia.

Nos comentários, foi observado que não houve contingenciamento no que é prioritário para a instituição; e foi levantado questionamento sobre despesas condominiais das regionais. Também foi observada a possibilidade de captação externa em projetos das unidades para atenuar as dificuldades orçamentárias.

Encaminhamento: realizar discussão particularizada sobre cada unidade em reunião futura, quando o orçamento estiver definido.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA FIOCRUZ – PLANO QUADRIENAL

O Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional Pedro Barbosa informou que o tema era decorrente da plenária do VII Congresso Interno e, em seguida, passou a palavra à Diretora de Planejamento Estratégico Cláudia Turco, que iniciou sua apresentação em tela.

A plenária de dezembro de 2014 aprovou o Plano de Longo Prazo da Fiocruz, com mapas e objetivos estratégicos, além dos objetivos institucionais de gestão; e uma proposta geral de monitoramento e avaliação. A plenária indicou o Conselho Deliberativo como Comitê Corporativo de Monitoramento, com as seguintes atribuições:

- definição de um coordenador dos Comitês Específicos por mapa estratégico (6), a ser indicado pelo CD Fiocruz;
- aprovação da agenda de monitoramento e avaliação, indicadores e metas nos Comitês;
- discussão e aprovação de propostas e pareceres dos Comitês Específicos.

Na mesma plenária, houve indicação da Diplan e das áreas de planejamento das Unidades como apoio técnico ao processo, e a possibilidade de contar com o apoio das Câmaras Técnicas e do Coletivo de Gestores. A partir dessa recomendação, a Diplan desenvolveu as seguintes ações:

- elaboração de proposta para integração dos Planos de Monitoramento e Avaliação (M&A) dos Resultados do VII Congresso à Sistemática de M&A da Fiocruz;
- elaboração de proposta de plano de apoio aos Comitês Específicos por Eixo e ao Comitê de Acompanhamento dos Objetivos Institucionais de Gestão, na definição de indicadores e iniciativas;
- disponibilização, com apoio da VPGDI/CGTI, de sistema informatizado para M&A;



- elaboração de metodologia de alinhamento das Unidades ao PLP/PQ Fiocruz;
- acompanhamento dos processos de alinhamento, M&A.

Foi solicitada ao CD a indicação dos coordenadores de cada eixo, para que a Diplan organizasse, em momento posterior uma oficina visando definir as ações dos comitês dentro das seguintes pautas:

- impactos e resultados prioritários, com seus indicadores e metas, distribuídos ao longo de 4 anos;
- programas e projetos, com seus produtos e entregas;
- responsáveis pela ação e orçamento necessários;
- plano de monitoramento e avaliação por mapa.

Em fase pós-oficina, haverá detalhamento de programas e projetos, pelo responsável de cada eixo; ficará sob responsabilidade do coordenador do comitê a produção do relatório final da oficina e a apresentação para aprovação pelo CD Fiocruz. O apoio da Diplan será o documento de análise de cada mapa estratégico e dos objetivos institucionais de gestão, método de trabalho para as oficinas e consolidação do material produzido.

Em fase pós-Congresso, as atividades de **alinhamento** previstas são:

- alinhamento das unidades ao Plano Estratégico da Fiocruz, através de suas contribuições para metas estabelecidas e responsabilidades por produtos e entregas;
- responsabilidade das unidades: explicitar e registrar contribuições para metas, entregas e produtos.

Nesses pontos, o apoio da Diplan será a elaboração de Guia de Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional para as Unidades (parte do Guia de Planejamento); a produção de matriz contributiva; uma proposta de sistema informatizado de alinhamento, monitoramento e avaliação.

Como atividades de **monitoramento**, a previsão é de execução do Plano de Monitoramento, através de indicadores e metas; produtos e entregas; em periodicidade aprovada pelo CD Fiocruz.

Aos responsáveis pelos programas e projetos estratégicos caberá coordenar as iniciativas e informar sobre seu andamento em sistema informatizado de monitoramento; aos coordenadores de comitê caberá monitorar resultados por Eixo Estratégico; e ao CD Fiocruz monitorar os principais resultados institucionais.



O apoio Diplan e da CGTI nessa etapa será a disponibilização de sistema informatizado de M&A e acompanhamento das etapas de monitoramento.

Nas atividades de **avaliação**, as propostas contemplam:

- Pareceres periódicos de responsáveis por iniciativas (programas e projetos).
- Pareceres periódicos dos coordenadores dos comitês específicos por Eixo - sobre o portfólio de programas e projetos.
- Discussão de resultados e pareceres pelo CD Fiocruz e aprovação de possíveis ajustes.
- Divulgação periódica para a comunidade Fiocruz, para o Conselho Superior, para a sociedade e para os órgãos de controle.

O Presidente Paulo Gadelha propôs, para a coordenação dos eixos, sua localização no âmbito das Vice-Presidências, dada a natureza dos temas que compõem cada um dos temas, com dois coordenadores por área. **Os nomes aprovados por eixo com uma abstenção foram:**

- **Ciência e Tecnologia: Rodrigo Stabeli e Nísia Lima**
- **Atenção, Promoção e Vigilância: Valcler Rangel e Nísia Lima**
- **Saúde e Ambiente: Valcler Rangel e Rodrigo Stabeli**
- **Complexo Econômico-Industrial da Saúde: Jorge Bermudez e Pedro Barbosa**
- **Saúde e Cooperação Internacional: Paulo Buss**
- **Gestão: Pedro Barbosa e Cláudia Turco**

VII CONGRESSO INTERNO

O tema foi apresentado pelo Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Pedro Barbosa, coordenador da Comissão Organizadora do VII Congresso Interno, a partir de documento de referência enviado ao Conselho. Pedro relatou a experiência da última reunião do grupo, realizada em 19/5, quando foram descritas propostas de encaminhamento para a próxima plenária, prevista para novembro.

Em relação ao conteúdo congressual deliberativo, a título de organização, a Comissão identificou duas dimensões - uma relativa à **estrutura institucional** e outra de **governança**. Para a discussão da estrutura - restrita às competências das unidades, sem entrar em funcionamento interno -, a Comissão propôs incorporar o que já foi aprovado em congressos anteriores, tal como o Instituto Carlos Chagas, os nomes dos institutos e a empresa pública Bio-Manguinhos.

Ele também propôs que a assembleia aprecie e delibere sobre instâncias e organismos já implementados na prática e não apreciados em congressos anteriores, tais como o Centro de



Relações Internacionais em Saúde (Cris), a Coordenadoria de Comunicação social (CCS), o Canal Saúde, a Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI) e os escritórios regionais.

A Comissão também indicou para apreciação os novos organismos e estruturas a serem criados, como a constituição de arranjos em associação internacional ou nacional com outras instituições.

No caso de novas unidades técnico-científicas, a Comissão Organizadora propôs que não sejam apreciadas nessa plenária extraordinária e sim em plenária ordinária. De acordo com o documento da Comissão, o campo da governança deve compreender: as regras relativas a nomeações de dirigentes; a constituição e competências de órgãos colegiados em geral; e outros instrumentos relativos a gestão da instituição, como definição estatutária de novos instrumentos, (contratualização e contrato de gestão).

No documento da Comissão Organizadora, foi proposta a realização de um primeiro seminário com a participação do presidente Paulo Gadelha, que falará sobre o histórico político que levou ao modelo atual e os desafios; e um parlamentar que falará sobre os recentes avanços no Legislativo; e ainda um representante do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Encaminhamento: o CD Fiocruz aprovou o documento da Comissão Organizadora, com a ressalva de não abordar, na plenária de novembro, a criação de novas unidade técnico-científicas.

AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DO ENSINO NA FIOCRUZ

A Vice-Presidente de Ensino, Informação e Comunicação Nísia Lima apresentou informe sobre algumas ações de integração do ensino na Fiocruz, com base nas **diretrizes** incluídas no Programa de Excelência para a Pós-Graduação, no Relatório Final do VII Congresso Interno e no documento distribuído ao CD Fiocruz em novembro de 2014.

Como resultados decorrentes das diretrizes de 2014, foram citados: Programa de Mobilidade Acadêmica; Campus Virtual Fiocruz; Projeto Político Pedagógico dos cursos de pós-graduação lato sensu; Serviços de Comunicação a Distância; o compartilhamento de disciplinas (bioinformática; ética e integridade em pesquisa e na divulgação científica); e o reconhecimento e certificação, pelo Ministério da Educação, dos cursos lato sensu.



O Diretor da ENSP Hermano Castro observou que a organização do sistema integrado de Pós-Graduação deve ser feita de forma a evitar a duplicação de informações dentro do mesmo sistema.

REGULAMENTAÇÃO PARA PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO (GECC) A SERVIDORES PÚBLICOS

O Diretor de Recursos Humanos Juliano Lima iniciou sua fala recuperando o histórico do tema a partir de uma decisão do CD Fiocruz em 2008. Na ocasião, o Decreto 6114, publicado em 2007, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Em 2008, o CD Fiocruz optou por não acatar o decreto. Como **encaminhamento, Juliano apresentou uma proposta (Norma Operacional nº. ____/2015) para revisão da decisão de 2008 sobre GECC, que foi** endossada pelo relator da pauta, o Diretor de Farmanguinhos, Hayne Felipe.

A gratificação se dá de maneira eventual e em atividades não inerentes aos cargos e que, por isso, não onera o custeio das unidades, pois é um custo de pessoal. Ela se aplica também, para membros de comissões de concurso, exceto os da Direh. Para aplicar a gratificação, deve haver, antes, acerto de compensação e limite de carga horária.

O Diretor de Recursos Humanos Juliano Lima observou que o mecanismo de compensação deve ser estabelecido entre a unidade e o servidor e que a norma é específica para servidores ativos. Em caso de pagamento para convite de professores externos, existe outra norma específica.

O Presidente Paulo Gadelha convocou votação para a rever a decisão de 2008 e aprovar o pagamento de GECC a servidores da Fiocruz. **A proposta foi aprovada com abstenção do Diretor da ENSP Hermano Castro.**

NOVO MODELO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA FIOCRUZ

O Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Pedro Barbosa, introduziu o tema observando que o trabalho sobre o novo modelo de tecnologia da informação (TI) vem sendo desenvolvido na VPGDI há mais de dois anos, acompanhado de apreciações na Câmara Técnica de Gestão. O tema foi levado ao CD devido ao impacto do investimento e pela revisão da visão de futuro da área de TI na Fiocruz, com a adoção do Centro de Dados para Computação em Nuvem (Nuvem Fiocruz) e o espaço da Sala Cofre.

O Coordenador da CGTI, Álvaro Funcia, fez uma apresentação com: a motivação da proposta; modelos de nuvem; a sala cofre; o datacenter; o impacto da missão institucional; os modelos de



serviços; a política de uso. O projeto de implantação considerou: a coordenação e elaboração pela CGTI; a avaliação por órgãos com projetos similares, fundamentalmente o Ministério da Saúde; e análise e validação pelo Gartner Group.

Ações relacionadas:

- ❖ Consolidação do modelo de gestão em TI da Fiocruz, através do PETI (Plano Estratégico de TI) e do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), alinhado com as políticas da SLTI/MPOG e do DSIC.
- ❖ Conclusão da implementação da Redecomep (Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa) na Fiocruz (implantação da Rede Giga Fiocruz).
- ❖ Implantação do novo correio eletrônico institucional.
- ❖ Ampliação do modelo de contratações compartilhadas de bens e serviços de TI para toda a Fiocruz (4 processos em andamento).
- ❖ Implantação da MDS (Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas) na Fiocruz, alinhado com as políticas da SLTI/MPOG e DSIC.
- ❖ Desenvolvimento do novo sistema de gestão acadêmica da Fiocruz.
- ❖ Consolidação da POSIC (Política de Segurança da Informação e das Comunicações) da Fiocruz e de suas normas complementares, alinhadas com as políticas do DSIC.
- ❖ Consolidação da política de gestão de riscos em TI da Fiocruz, incluindo os contratos institucionais de antivírus, antispam, IPS (*intrusion prevention system*) e IDS (*intruder detection system*).
- ❖ Consolidação da política de gestão de incidentes de segurança da informação através da ETIR (Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais) da Fiocruz, conforme determinação do DSIC.

De acordo com o Coordenador, o modelo de datacenter a ser implantado na Fiocruz será o mais moderno do mundo na atualidade, no padrão adotado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). A energia será fornecida por geradores próprios, monitorados eletronicamente, e os serviços de TI serão migrados para o novo sistema. Na visão de longo prazo Álvaro observou a previsão de construção de mais duas salas-cofre, nos futuros campi de Santa Cruz (Bio-Manguinhos) e de São Cristóvão (Complexo dos Institutos Nacionais - CIN).

Comentários:

- **Economias** com a nova visão de TI da Fiocruz: uma resposta sobre o tema depende de estudos juntos as unidades, que ainda não começaram; numa perspectiva otimista o



desfazimento dos equipamentos antigos pode ser total, observando um cronograma e situação de cada unidade;

- Memória do **incêndio no datacenter** em fevereiro 2014 e da recente invasão do sistema da ENSP. Os dois episódios configuram uma preocupação com a segurança.
- Proposta de incluir a discussão sobre **TI na pauta da Plataforma Fiocruz-Pasteur-USP**.
- **Unidades com muitos prédios**, como o IOC, podem ser beneficiadas com uma visão mais integrada de TI da Fiocruz.
- **Alguns/áreas serviços** que podem ser beneficiados: Bigdata Fiocruz, Digitalização de Acervos da Fiocruz, Ampliação da capacidade das caixas de e-mail institucional, Portal Corporativo neste novo contexto de TI, EAD Fiocruz, e prontuários eletrônicos
- Possibilidade de integração com o Datasus para as ações em curso: as salas do DataSUS são incompatíveis com o modelo proposto para a Fiocruz.
- Possibilidade de **sala cofre em outros Campi da Fiocruz**: considera-se a possibilidade de pertinência de existência de outras salas cofre na Fiocruz – a definir; destaca-se que o Ceará recebe a chegada de cabos submarinos de fibra ótica com as conexões internacionais que chegam ao Brasil e são distribuídos ao país e América do Sul.
- Integração a **Rede COMEP**: necessidade de completar o arco interno da Fiocruz. Farmanguinhos: projeto interrompido pelas obras olímpicas. CFMA e Santa Cruz: segunda fase.
- Outros **desafios relacionados**
 - Implantação de uma Política de Informação e Comunicação da Fiocruz
 - Necessidade de qualificação do quadro de servidores para a área de TI da Fiocruz; e aquisição de novas competências. Existe perspectiva de criação de uma carreira de analista de TI pelo MPOG. O PDG já contempla profissionais de TI.
 - Educação digital dos profissionais e usuários envolvidos.
 - A segurança da informação deve ser priorizada pelas instituições. Vivemos um Ambiente de guerra cibernética mundial.

O Vice-Presidente Pedro Barbosa destacou o trabalho da equipe da CGTI e lembrou que o processo em curso não é de centralização, mas de coordenação sistêmica, e que o salto



promovido por essas ações vai significar uma mudança de cultura na instituição. Por último, observou a importância do investimento realizado num ano de dificuldades orçamentárias.

O Presidente Paulo Gadelha observou que a crise não impede que se estabeleça um patamar de alavancagem da instituição e destacou a importância da atuação da CGTI na tradução do projeto para a realidade da instituição.

Grupo de excedentes do Concurso Fiocruz

Na sexta-feira, antes do início dos trabalhos, cerca de vinte excedentes do último concurso da Fiocruz foram recebidos pelos conselheiros. Com a frase. Quero ser Fiocruz impressa nas camisas, eles manifestaram preocupação com a proximidade de vencimento do concurso.

O chamamento deste grupo de servidores esteve como pauta prioritária da Fiocruz nos últimos meses, quando foram bastante mobilizados os contatos institucionais no Ministério da Saúde e na Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sempre no sentido de demonstrar a importância institucional e estratégica da nomeação deste grupo de servidores.

Existe a expectativa de publicação, nos próximos dias, de uma portaria para nomear 133 excedentes aprovados e não classificados dentro do número de vagas do último concurso público da Fiocruz.

FIOTEC - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE

O Conselho Deliberativo da Fiocruz, por ocasião de fim de mandato do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - Fiotec, indica para aprovação de seu Conselho Curador, por unanimidade, os seguintes nomes para a composição das devidas instâncias:

Conselho Fiscal (3 membros - Mandato: 24/06/2015-24/06/2017):

- Charles Bezerra - em substituição a Junilton Barbosa Silva
- Luciane Binsfeld - em substituição a Leda Zorayde de Oliveira
- Elias Silva de Jesus - reconduzido

Diretoria Executiva (recondução de todos os membros - Mandato: 24/06/2015-24/06/2017):

- Maurício Zuma Medeiros - Diretor Executivo
- Valéria Morgana Goulart - Diretora Técnica



- Roberto Pierre Chagnon - Diretor Administrativo
- Mansur Ferreira Campos - Diretor Financeiro

O Conselho Curador, cujo mandato de 2 membros se encerra em 2016 e dos demais membros (05) se encerra em 2017, não foi contemplado nessa decisão.

MUDANÇA DO NOME DA TENDA DA CIÊNCIA – VIRGÍNIA SCHALL

A pauta foi apresentada pelo Diretor da COC Paulo Elian, que levou ao CD a lembrança do falecimento da pesquisadora Virgínia Schall, ocorrida recentemente. O Diretor destacou suas experiências de trabalho junto à pesquisadora, que demonstrava envolvimento vibrante nas atividades que realizava. Em sua biografia, Virgínia Schall teve um trabalho importante de atuação voltada ao público jovem.

Nos comentários, houve destaque para seus projetos em ciência e arte, entre os quais a Tenda da Ciência. Também foi destacada sua visão estética e artística, além da educacional, fundamentais para a constituição do Museu da Vida.

Zélia Profeta, Diretora do CPqRR, onde Virgínia Schall trabalhava à época de seu falecimento, considerou justa a homenagem, lembrando que a pesquisadora era uma pessoa de muita vitalidade, sonhadora e inovadora, e destacando seu projeto de levar a ciência para regiões de periferia em BH e em alguns municípios vizinhos.

O Presidente Paulo Gadelha recuperou a história da Tenda e sua constituição no pós-Rio 92, assim como o projeto dos museus. Outros conselheiros relataram suas experiências junto à pesquisadora e, em seguida, foi convocada a **votação para mudança do nome da Tenda, a qual foi aprovada por unanimidade, com aclamação – Tenda da Ciência Virgínia Schall.**

PESQUISADOR EMÉRITO: FRANCISCO VIACAVA

A proposta de concessão do título de Pesquisador Emérito a Francisco Viacava, do Icict, foi apresentada pelo Diretor Umberto Trigueiros, que levou ao CD a biografia do pesquisador e suas ações mais importantes na área da saúde e na Fiocruz, com destaque para a área de informação em saúde. Também foi realizada a leitura de depoimentos de outras lideranças da Fiocruz, como Paulo Buss e Cláudia Travassos, sobre Viacava.

O relator da proposta foi o Diretor da ENSP Hermano Castro, que após citar suas experiências com Viacava, leu texto sobre o trabalho do pesquisador, observando sua atuação na avaliação de sistemas, na área de informação em saúde e na reforma sanitária.



O Presidente Paulo Gadelha propôs que a entrega de títulos seja realizada em datas de maior dimensão institucional, e o Diretor do Icict, Umberto Trigueiros, sugeriu que este fosse entregue em agosto, no dia do aniversário de Oswaldo Cruz.

Em seguida, o Presidente convocou a **votação da proposta, que foi aprovada por aclamação.**

JORNADA NACIONAL DE SAÚDE E AMBIENTE.

O Chefe de Gabinete Fernando Carvalho anunciou a presença de Guilherme Franco Netto, assessor da VPAAPS, para informe sobre a Jornada Nacional de Saúde e Ambiente. Foi distribuído aos conselheiros um encarte sobre a Jornada, apresentada como atividade bem-sucedida. Também foi solicitado retorno das unidades sobre o encarte para orientar ações na área de saúde e ambiente.

O Presidente Paulo Gadelha destacou a iniciativa e seus produtos, como o Dossiê sobre Agrotóxicos. Também observou a configuração, na Fiocruz, de grandes eixos de intervenção, lembrando a atuação da instituição como Centro Colaborador da OMS para Saúde e Ambiente, tema para o qual ressaltou a necessidade de se estabelecer uma base sólida no país para definir a cooperação internacional.

VISITA DE MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – PRESIDENTE DA EMBRAPA

O Presidente Paulo Gadelha anunciou a presença do Presidente da Embrapa, Dr. Mauricio Antônio Lopes, que chegou à reunião acompanhado por membros da sua assessoria. O Presidente Gadelha falou sobre o papel da Embrapa no país, observando o modelo de atuação e as parcerias já desenvolvidas, com a proposta de definir uma agenda comum entre as instituições.

Os conselheiros se apresentaram e a palavra foi passada ao Presidente da Embrapa. Ele transmitiu seus cumprimentos pelo aniversário da Fiocruz, agradeceu ao CD pelo convite, recuperou o histórico das interações Embrapa-Fiocruz e propôs um maior estreitamento das cooperações, com a identificação das áreas de interface.

Antes de iniciar sua apresentação em tela, Maurício anunciou a finalização do VI Ciclo de Planejamento Estratégico da empresa, que atualizou o Plano Diretor e o Mapa Estratégico. Nessa atualização, nutrição e alimentação surgem como temas centrais. O presidente observou a alta demanda da sociedade para a agropecuária e defendeu que as instituições de ciências precisam se envolver mais no processo de formação de políticas públicas. Destaques:



- A Embrapa e seu processo de formulação e implementação das estratégias institucionais: o processo de planejamento estratégico era episódico, mas, atualmente, com a necessidade de visão fluida, a inteligência é permanentemente mobilizada para revisões periódicas.
- Foi citado o Documento de Visão e Plano Diretor da instituição; e um estudo de cenários que está em desenvolvimento a partir de parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.
- A Embrapa é a única empresa pública do mundo que atua em transgenia. A instituição conduz um pleito junto ao parlamento para a criação de uma subsidiária na área de inovação. Esse ponto pode gerar compartilhamento de conhecimentos com a Fiocruz – pela experiência do desenho da Empresa Bio-Manguinhos.
- A presença da Embrapa em todos os Estados do Brasil: observado o Laboratório de Química de Produtos Naturais em Fortaleza, indicado como possível ponto comum pela parceria com a Fiocruz Ceará.
- A internacionalização da ciência brasileira, que tem como um de seus eixos a infraestrutura tecnológica.
- Possibilidade de interação com a Fiocruz nos laboratórios internacionais – como o Programa Embrapa Labex⁹.
- Como pontos de inovação, foram citados a bioeconomia e os novos modelos e campos da agricultura.

Comentários:

A importância da integração entre saúde e agricultura para o desenho de políticas públicas e o desenvolvimento sustentável.

Sobre a empresa subsidiária o Presidente da Embrapa esclarece: o arcabouço normativo da Embrapa permite a criação da subsidiária legal. Não há interesse na abertura de capital.

O tema dos Agrotóxicos foi destaque, pois é vital para a saúde pública no Brasil, sendo um problema de dimensão nacional. Foi entregue ao Presidente da Embrapa um exemplar do Dossiê Abrasco - "Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde" – uma parceria da

⁹ Programa Embrapa Labex - Para fomentar a cooperação científica e tecnológica com outros países, a Embrapa iniciou um programa de implantação de laboratórios virtuais no exterior, os quais visam a assegurar a presença física da Empresa fora do Brasil. O conceito de laboratório virtual prevê o compartilhamento de espaço e infraestrutura laboratorial das instituições parceiras. O programa também prevê o percurso inverso: no chamado "Labex invertido", pesquisadores de instituições internacionais parceiras se estabelecem nos centros de pesquisa da Embrapa para desenvolver projetos de interesse mútuo.



Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco e Fundação Oswaldo Cruz (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio). O Dossiê visa a alertar, por meio de estudos científicos, as autoridades públicas nacionais, internacionais e a sociedade em geral para a necessidade de políticas que possam proteger e promover a saúde humana e os ecossistemas.

O Presidente Maurício concluiu citando a importância de atuar na lógica de inovação aberta; valorizando a biologia sintética como área de grandes impactos para o futuro.

PESQUISA DE REPUTAÇÃO 2014 – FIOCRUZ/REPUTATION INSTITUTE

O tema foi apresentado pelo Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Pedro Barbosa.

A pesquisa realizada pelo Reputation Institute no ano de 2014 teve por objetivo entender a percepção do valor e da marca da Fiocruz para os mais diversos públicos, entre eles: parceiros (públicos e privados), imprensa, governo, estudantes da Fundação, pacientes, fornecedores e população em geral.

A Fiocruz representa 73,9% de confiança, estima, empatia e admiração para o público entrevistado. Para os grupos, segundo a pesquisa, a Fiocruz possui postura ética e é vista como uma instituição pública eficiente e referência em saúde e ciência, visando à melhoria da qualidade de vida e atendendo necessidades por meio da ciência e inovação.

De acordo com os resultados observados, a Fiocruz possui uma reputação classificada como forte a excelente, e quanto mais se conhece a atuação da Fundação, maior o índice de respostas positivas do público sobre ela. Segundo o levantamento, a maioria dos entrevistados reconhece a instituição como centro de pesquisas e fábrica de produtos em saúde.

Além das associações sobre a percepção da Fiocruz, a pesquisa analisou ainda as unidades mais reconhecidas pelos entrevistados. A Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) foi a principal unidade associada à Fundação para a população em geral, estudantes e formadores de opinião. Para o Complexo Econômico da Saúde, Bio-Manguinhos e Farmanguinhos são as principais referências.

Na pesquisa, foram selecionadas sete dimensões de avaliação da Fundação, sendo elas: produtos; serviços e pesquisa; ciência e inovação; ambiente de trabalho; governança e responsabilidade; contribuição social; e liderança e desempenho. Em todas as dimensões, os pacientes atendidos na Fundação apresentaram uma resposta positiva sobre a Fiocruz.



A familiaridade com a Fiocruz apresentou baixos resultados para a população em geral. Apenas 35% dos entrevistados deste grupo disseram conhecer a Fiocruz, número abaixo da média observada em outros grupos: 94% dos formadores de opinião (imprensa, governo, academia e controle social) e 86% do Complexo Econômico da Saúde (parceiros, financiadores e fornecedores) disseram conhecer a Fundação.

As recomendações sugeridas na pesquisa foram: desenvolvimento de comunicação institucional com todos os públicos, atribuição de visibilidade à contribuição para o SUS e uma melhor identificação e associação entre as marcas, auxiliando no reforço da atuação da Fiocruz em todas as áreas.

Nos comentários, a partir da análise dos resultados pelos conselheiros, propõe-se:

- Adotar ações de unificação da marca Fiocruz - levantamento da CCS mostra que há mais de 200 marcas dentro da Fiocruz. Apresentar o tema na reunião da Câmara Técnica, observando a ideia de uma assinatura institucional – definir diretrizes.
- Ampliar a divulgação para os segmentos que são mais críticos na pesquisa como o Complexo Industrial da saúde. Reforçar ações de comunicação nas regiões onde a Fiocruz atua, com destaque para os novos escritórios regionais (Ceará, Piauí, Rondônia e Mato Grosso do Sul).
- Reforçar a logomarca do SUS nos receituários das unidades de assistência da Fiocruz.
- Criar um grupo de análise de dados e informações sobre a Fiocruz na mídia, tendo como ponto de partida a pesquisa realizada e as sinalizações percebidas. O objetivo é desenvolver uma inteligência de comunicação e informação.
- Numa dimensão de contexto interno, realizar uma pesquisa de clima interno.

Alex Príncipe

Presidência